

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
CAPÍTULO I – CONCEITO, NATUREZA E IMPORTÂNCIA DO PROCESSO CIVIL. NOÇÕES GERAIS	11
1. Noção de processo civil	11
A) Seu significado	11
B) Resolução dos conflitos de interesses	12
C) Autodefesa ou ação direta	13
D) Função jurisdicional do Estado	14
2. Alguns princípios e deveres estruturantes do processo civil	15
A) Garantia do acesso aos tribunais	15
B) Princípio dispositivo em confronto com o princípio do inquisitório	16
C) Princípio do contraditório	19
D) Princípio da igualdade das partes	20
E) Princípio da cooperação	21
F) Princípio da economia processual	24
G) Dever de gestão processual	24
H) Dever da boa fé processual	27
I) Dever de recíproca correção	28
3. Caracteres do direito processual civil	30
A) É um direito instrumental ou adjetivo.	30
B) É uma norma de direito público	31
4. Importância do direito processual civil	31
5. Espécies de ações	32
A) Distinção entre ações declarativas e ações executivas	32
B) Ações declarativas	33
C) Ações executivas	36

6.	Procedimentos cautelares	36
	A) Razão da sua existência	36
	B) Classificação quanto à sua finalidade	38
	C) Providências cautelares especificadas e não especificadas	39
	D) Procedimentos cautelares previstos em legislação avulsa	40
	E) Carácter instrumental e, em princípio, provisório.	41
	F) O procedimento cautelar pode ser preliminar ou incidente da ação	42
	G) Inversão do contencioso e consolidação da decisão	43
	H) Caducidade da providência decretada	47
	I) Responsabilidade do requerente	49
	J) Urgência dos procedimentos cautelares	49
	L) Contraditório do requerido	50
	M) Processamento	51
	N) Garantia penal da providência	54
	O) Recursos	54
7.	Procedimentos cautelares especificados	56
	A) Restituição provisória da posse	56
	B) Suspensão de deliberações sociais	59
	C) Alimentos provisórios	62
	D) Arbitramento de reparação provisória	66
	E) Arresto	69
	F) Embargo de obra nova	73
	G) Arrolamento	76
8.	Interpretação das leis processuais. Valor da equidade	79
9.	Integração de lacunas	81
10.	Aplicação das leis processuais no tempo	81
11.	Casos especiais de aplicação das leis no tempo.	83
	A) Enunciado	83
	B) Leis sobre a competência dos tribunais	83
	C) Leis sobre o formalismo processual	83
	D) Leis sobre recursos	84
	E) Leis sobre alçadas	85
	F) Lei sobre as provas	85
	G) Leis sobre prazos judiciais	86
CAPÍTULO II – FORMAS DE PROCESSO		91
12.	Processo comum e processos especiais	91
13.	Processo comum	92
	A) Distinção entre processo declaratório e processo executivo	92
	B) Forma única de processo comum	94

C)	Determinação do valor da causa	94
D)	Aplicação subsidiária do processo comum	100
14.	Processos de jurisdição voluntária	100
A)	Distinção entre jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa	100
B)	Características dos processos de jurisdição voluntária	101
15	Tutela da personalidade	104
A)	Enquadramento	104
B)	Paralelismo com os procedimentos cautelares	104
C)	Pressupostos	105
D)	Processo	106
E)	Regimes especiais	107
CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS		109
16.	Noção	109
17.	Personalidade judiciária	110
A)	Noção	110
B)	Consequências da falta de personalidade	113
18.	Capacidade judiciária	114
A)	Noção	114
B)	Modos de suprimento da incapacidade judiciária	115
C)	Nomeação do representante legal	119
D)	Defesa do incapaz pelo Ministério Público	120
E)	Sanação da incapacidade judiciária e da irregularidade de representação	121
19.	Legitimidade das partes	122
A)	Noção	122
B)	Pluralidade de partes	125
C)	Legitimidade plural	125
D)	Litisconsórcio voluntário	126
E)	Litisconsórcio necessário	127
F)	Coligação	131
G)	Modo de sanar a ilegitimidade	132
20.	Litisconsórcio subsidiário ou eventual	134
21.	Legitimidade para a tutela de interesses difusos	135
22.	Interesse processual	136
A)	Noção	136
B)	Consequências da falta de interesse processual	140
23.	Patrocínio judiciário	140
A)	Noção	140
B)	Constituição obrigatória de advogado	141

C)	Mandato	142
D)	Revogação e renúncia do mandato	144
E)	Patrocínio a título de gestão de negócios	145
F)	Falta ou irregularidade do mandato. Consequências	146
G)	Responsabilidade do mandatário	146
24.	Competência dos tribunais	147
A)	Noção de jurisdição e de competência	147
B)	Conflitos de jurisdição e de competência	147
C)	Modalidades de competência	150
25.	Competência internacional	151
A)	Noção	151
B)	Fatores de atribuição da competência internacional	152
C)	Competência exclusiva dos tribunais portugueses	154
D)	Pactos de jurisdição	155
26.	Competência interna	157
A)	Sua repartição e momento de fixação	157
B)	Competência em razão da matéria	158
C)	Competência em razão do valor	159
D)	Competência em razão da hierarquia	160
E)	Competência em razão do território	163
F)	Caso especial da ação de honorários	165
27.	Extensão e modificações da competência	166
A)	Enunciado	166
B)	Questões incidentais	166
C)	Questões prejudiciais	168
D)	Competência para as questões reconventionais	170
E)	Competência convencional	171
F)	Tribunal competente no caso de pluralidade de réus	172
28.	Modalidades de incompetência	172
A)	Enunciado	172
B)	Incompetência absoluta	173
C)	Incompetência relativa	176
D)	Preterição do tribunal arbitral	178
CAPÍTULO IV – ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS		181
29.	Lei, sua origem, objetivos e destinatários	181
A)	A Lei	181
B)	Finalidades	182
C)	Acesso ao direito	182
D)	Consulta jurídica	184

E) Apoio judiciário	184
F) Procedimento	185
CAPÍTULO V – FORMALISMO DO PROCESSO DECLARATIVO	191
Secção I	191
30. Fases do processo	191
Secção II	192
31. Fase dos articulados	192
A) Noção	192
B) Entrada em juízo	193
C) Número de articulados	194
Subsecção I	195
32. Petição inicial	195
A) Noção	195
B) Conteúdo formal da petição inicial	196
C) Diferentes formas do pedido	198
D) Rol de testemunhas	201
E) Entrega da petição ou remessa à secretaria. Proposição da ação.	202
F) Recusa do recebimento da petição inicial	203
G) Reclamação contra a recusa do recebimento	203
H) Distribuição	204
33. O primeiro contacto do juiz com o processo	205
A) Desnecessidade de ordenar a citação	205
B) Casos em que a citação tem de ser ordenada pelo juiz	206
34. Ineptidão da petição inicial.	206
A) Noção	206
B) Falta ou ininteligibilidade do pedido ou da causa de pedir	207
C) Contradição entre o pedido e a causa de pedir	209
D) Cumulação de causas de pedir ou de pedidos incompatíveis	209
E) Consequências da ineptidão da petição inicial.	210
35. Citação do réu	210
A) Funções da citação	210
B) Citação sem prévio despacho judicial	211
C) Citação dependente de prévio despacho judicial	213
36. Modalidades de citação	214
A) Citação pessoal	214
B) Citação edital	219
C) Citação de pessoas coletivas	220
37. Falta de citação e falsidade da citação	221
A) Falta de citação	221

B) Nulidade da citação	222
C) Dispensa de citação	222
D) Falsidade de citação	222
38. Efeitos da citação	223
A) Enunciado	223
B) Efeitos de ordem substantiva	223
C) Efeitos de ordem processual	226
D) Subsistência dos efeitos em caso de anulação da citação	228
Subsecção II	229
39. Contestação	229
A) Noção e elementos que inclui	229
B) Consequência da falta de requisitos	230
40. Modalidades de contestação	231
A) Defesa por impugnação	231
B) Defesa por exceção	232
41. Exceções dilatórias	233
A) Enumeração	233
B) Litispendência e caso julgado	233
C) Casos julgados contraditórios	236
D) Despacho a proferir perante as exceções dilatórias não sanadas	237
42. Exceções perentórias	241
43. Princípio da concentração da defesa	241
A) Enunciado	241
B) Desvios ao princípio da concentração	242
44. Ónus de impugnação	243
45. Desvios à regra que impõe o ónus de impugnação	244
46. Impugnação por negação	246
47. Contestação-reconvenção	247
A) Noção	247
B) Dedução da reconvenção	248
48. Condições de admissibilidade da reconvenção	250
A) Enunciado	250
B) Requisitos de ordem processual	250
C) Requisitos de ordem substantiva	251
49. Relação entre a decisão da ação e a do pedido reconvenicional	254
50. Prazo para a contestação.	255
A) Prazo com ou sem dilação. Sua contagem	255
B) Prazo no caso de pluralidade de réus	256
C) Possibilidade de prorrogação do prazo	257
51. Falta de contestação. Possibilidade de repetição da citação	258

52. Efeitos da revelia operante	259
A) Confissão tácita dos factos	259
B) Simplificação do processo	259
C) Decisão sobre o mérito	260
53. Revelia inoperante	261
Subsecção III	263
54. Réplica	263
A) Noção e função da réplica	263
B) Falta de impugnação dos factos articulados	265
55. Prazo para a apresentação da réplica	265
Subsecção IV	266
56. Articulados supervenientes	266
A) Sua atendibilidade	266
B) Superveniência dos factos	267
C) Despacho liminar	268
D) Momento de apresentação do articulado superveniente	268
57. Notificações	270
A) Enunciado	270
B) Notificações às partes que constituíram mandatário	271
C) Notificações entre os mandatários das partes	271
D) Notificações às partes que não constituam mandatário	272
E) Notificações a intervenientes acidentais	273
Secção III	273
58. Fase do saneamento e condensação	273
59. Gestão inicial do processo	274
A) Indeferimento da petição inicial	274
B) Apresentação da nova petição	275
60. Despacho pré-saneador	275
A) Suas finalidades	275
B) Providenciar pelo suprimento de exceções dilatórias, nos termos do nº 2 do artigo 6º – alínea a) do artº 590º, nº 2	275
C) Convite ao aperfeiçoamento dos articulados	276
D) Convite ao suprimento das insuficiências ou imprecisões	277
E) Exercício do contraditório	278
F) Junção de documentos	278
G) Limites impostos ao aperfeiçoamento dos articulados	278
H) Consequências da não aceitação do convite	279
61. Audiência prévia	280
A) Convocatória	280
B) Realização tendencialmente obrigatória	280

C).	Dispensa da audiência prévia	281
62.	Tentativa de conciliação das partes	282
A)	Quando deve ter lugar	282
B)	Solução de equidade	283
C)	Consignação em ata	283
63.	Discussão de facto e de direito	283
64.	Discussão sobre a posição das partes	284
65.	Despacho saneador	285
A)	Finalidades	285
B)	Modo de o proferir	285
C)	Conhecimento das exceções dilatórias	286
D)	Conhecimento das nulidades	286
E)	Relegação do conhecimento para momento ulterior	287
F)	Valor das decisões sobre exceções dilatórias e nulidades	287
G)	Decisão de mérito. Seu valor	288
66.	Adequação formal, simplificação e agilização processual	288
67.	Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas de prova	289
A)	O objeto do litígio e os temas de prova	289
B)	As reclamações	290
C)	Ações de valor não superior a metade da alçada da Relação	291
68.	Programação dos atos da audiência	291
69.	Ações destinadas à defesa da posse	292
	Secção IV	292
70.	Fase da instrução	292
A)	Seu objetivo	292
B)	Alcance da prova	293
C)	Conhecimento do direito consuetudinário, local ou estrangeiro	294
D)	Factos que não carecem de prova	295
E)	Início da fase	295
71.	Natureza do direito probatório	297
72.	Admissibilidade dos meios de prova e suas limitações	297
73.	Verificações não judiciais qualificadas	298
74.	Valor gradual das provas	299
A)	Significado de prova livre	299
B)	Prova bastante ou suficiente. Contraprova	299
C)	Prova plena	300
D)	Prova pleníssima	300
75.	Provas pré-constituídas e provas constituídas	301
76.	Produção antecipada da prova	302
77.	Valor das provas fora do processo onde foram produzidas	304

78. Princípio da audiência contraditória na fase de instrução	305
79. Factos que o juiz deve considerar na decisão	306
A) Enumeração dos factos	306
B) Factos essenciais	307
C) Factos instrumentais	307
D) Factos complementares	309
80. Provas atendíveis	310
A) Princípio da aquisição processual	310
B) Desvios ao princípio	311
81. Ónus da prova	311
82. Critérios de repartição do ónus da prova	313
A) Regra geral	313
B) Ónus da prova em casos especiais	314
C) Inversão do ónus da prova	316
83. Prova por apresentação de coisas móveis ou imóveis	317
84. Prova por presunções	318
A) Noção	318
B) Classificação	319
C) A prova	320
86. Prova por documentos	321
A) Noção de documento	321
B) Classificação dos documentos escritos	321
C) Autenticidade dos documentos	322
D) Força probatória dos documentos	323
E) Apresentação dos documentos	326
F) Documentos em poder da contraparte ou de terceiros	327
G) Livros de escrituração comercial e documentos a ela relativos	328
H) Documentos requisitados pelo tribunal	329
I) Documentos passados em país estrangeiro	329
J) Notificação à contraparte da junção de documento	330
L) Impugnação da genuinidade de documento	330
M) Arguição de falsidade do documento	332
86. Prova por confissão	333
A) Noção	333
B) Confronto com a confissão do pedido	333
C) Modalidades da confissão	334
D) Força probatória da confissão	336
E) Quem pode confessar	336
F) Confissão no caso de litisconsórcio ou de substituição legal	337
G) Aceitação da confissão feita nos articulados	338

H)	Casos de inadmissibilidade da confissão	338
I)	Princípios por que se rege a confissão	340
J)	Depoimento de parte e declarações de parte	341
L)	Modo e momento de prestação do depoimento de parte	345
M)	Redução do depoimento de parte a escrito	346
87.	Prova pericial	347
A)	Finalidade da prova	347
B)	Requisição e realização da perícia	348
C)	Deveres dos peritos. Obstáculos à sua nomeação	350
D)	Resultado da perícia	351
E)	Segunda perícia	352
88.	Prova por inspeção	352
A)	Noção	352
B)	Objeto da inspeção	353
C)	Iniciativa da inspeção	353
D)	Modo de a realizar	354
E)	Auto de inspeção	354
F)	Verificações não judiciais qualificadas	355
89.	Prova testemunhal	355
A)	Noção de testemunha	355
B)	Capacidade testemunhal	356
C)	Recusa legítima a depor	356
D)	Admissibilidade da prova testemunhal e suas limitações	357
E)	Apresentação do rol de testemunhas	359
F)	Limite do número de testemunhas	360
G)	Preparação do depoimento	360
H)	Lugar e momento da inquirição das testemunhas	361
I)	Produção da prova	363
J)	Registo da prova	366
L)	Liberdade de julgamento	368
90.	Incidentes da inquirição das testemunhas	369
A)	Enunciação dos incidentes	369
B)	Incidente de impugnação	369
C)	Contradita	370
D)	Acareação	371
E)	Inquirição em simultâneo	372
	Secção V	372
91.	Fase da audiência final e prolação da sentença	372
A)	Extensão da fase	372
B)	Designação da audiência final	372

C)	Marcação da audiência e de outras diligências	373
D)	Requisição ou designação de técnico	374
92.	Audiência final	374
A)	Realização da audiência	374
B)	Atos a realizar na audiência	375
C)	Prestação do depoimento de parte	375
D)	Exibição de reproduções cinematográficas ou registos fonográficos	376
E)	Esclarecimentos verbais dos peritos	377
F)	Inquirição das testemunhas	377
G)	Alegações orais	378
H)	Encerramento da discussão	379
93.	Adiamento da audiência	380
94.	Consequências do não comparecimento de testemunha	381
95.	A imediação e a oralidade	383
96.	Princípio da plenitude da assistência do juiz	384
97.	Princípio da publicidade e da continuidade da audiência	385
A)	Publicidade da audiência	385
B)	Limitações à publicidade do processo	386
B)	Continuidade da audiência	387
98.	Poderes do juiz	387
99.	A sentença	389
A)	A evolução operada pela reforma processual	389
B)	Necessidade de esclarecimentos complementares	390
C)	Apreciação das provas	390
D)	Análise crítica da prova	392
E)	Noção de sentença	394
F)	Estrutura da sentença	395
G)	Prolação da sentença	397
100.	Questões de que a sentença deve conhecer	399
101.	Ordem a seguir na resolução das questões	400
102.	Amplitude da sentença	402
A)	Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes	402
B)	Condenação in futurum	403
103.	Limites da condenação	404
104.	Modificabilidade da decisão de facto	405
105.	Vícios e reforma da sentença	406
A)	Extinção do poder jurisdicional e suas limitações	406
B)	Retificação de erros materiais	407
106.	Causas de nulidade da sentença	407
A)	Enumeração taxativa	407

B)	Falta da assinatura do juiz	408
C)	Omissão dos fundamentos de facto e de direito	408
D)	Oposição entre os fundamentos e a decisão	409
E)	Omissão de pronúncia e pronúncia indevida	410
F)	Condenação em quantidade superior ou em objeto diferente	411
107.	Arguição das nulidades da sentença	413
108.	Reforma da sentença	414
A)	Reforma quanto a custas e multa	414
B)	Reforma em caso de lapso do juiz	414
C)	Processamento subsequente	415
109.	Uso anormal do processo	417
CAPÍTULO VI – EFEITOS DA SENTENÇA		421
111.	Trânsito em julgado	421
111.	Valor da sentença transitada em julgado	422
A)	Caso julgado material	422
B)	Caso julgado formal	423
C)	O que distingue cada um dos casos julgados	423
112.	Recursos extraordinários	424
113.	Interposição de recurso	425
A)	Modo de interposição	425
B)	Delimitação do recurso	426
C)	Ampliação do objeto do recurso	428
D)	Prazos	430
114.	Quem pode recorrer	432
A)	Legitimidade para recorrer	432
B)	Perda do direito de recorrer e renúncia ao recurso	434
115.	Despacho de admissão do recurso	435
116.	Reclamação contra o indeferimento do recurso	437
117.	Decisões que admitem recurso	437
A)	Conjugação dos valores da causa, da alçada e da sucumbência	437
B)	Dúvidas acerca do valor da sucumbência	439
C)	Caso de cumulação de pedidos	439
118.	Decisões que não admitem recurso	440
119.	Decisões que admitem sempre recurso	441
120.	Decisões que admitem sempre recurso para a Relação	443
121.	Espécies de recursos	444
A)	Recursos ordinários e extraordinários	444
B)	Recursos independentes e recursos subordinados	445

122. Recursos ordinários	445
A) Apelação	445
B) Revista	448
123. Recursos extraordinários	450
A) Revisão	450
B) Uniformização de jurisprudência	451
124. Recursos independentes e recursos subordinados	452
125. Alegações de recurso	453
126. Casos julgados contraditórios	455
127. Razões que justificam o respeito pelo caso julgado	456
128. Questões não abrangidas pela força do caso julgado	457
129. Limites do caso julgado	458
A) Enunciado	458
B) Limites subjetivos	459
C) Limites objetivos	460
130. Efeitos do caso julgado especialmente regulados	461
A) Efeitos do caso julgado nas questões de estado	461
B) Caso julgado quanto às obrigações solidárias	462
C) Caso julgado quando haja substituição processual	463
PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA	465
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	467